



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Anual/2021

 **TCE**
EDUCAÇÃO
RONDÔNIA

APRESENTAÇÃO

Em cumprimento ao que dispõe o artigo 49, § 4º, da Constituição Estadual, combinado com o artigo 89, §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 154/96 (Lei Orgânica), apresento a Vossas Excelências o Relatório de Atividades Anual de 2021, deste Tribunal de Contas de Rondônia – TCE-RO, com os resultados alcançados no período.

Esta Corte, no âmbito de sua jurisdição, fundada no seu papel constitucional, que lhe garante os atributos da independência e autonomia, tem a missão de fiscalizar a aplicação do dinheiro público, de orientar jurisdicionados e de bem informar a sociedade. Por isso, teve o zelo de detalhar as informações deste relatório, de modo a demonstrar a essa Assembleia Legislativa todas as etapas da gestão desta Corte de Contas para aferição dos resultados, possibilitando ao cidadão, por meio desse Poder Legislativo, o conhecimento e os meios para verificar onde e como estão sendo aplicados os recursos públicos.

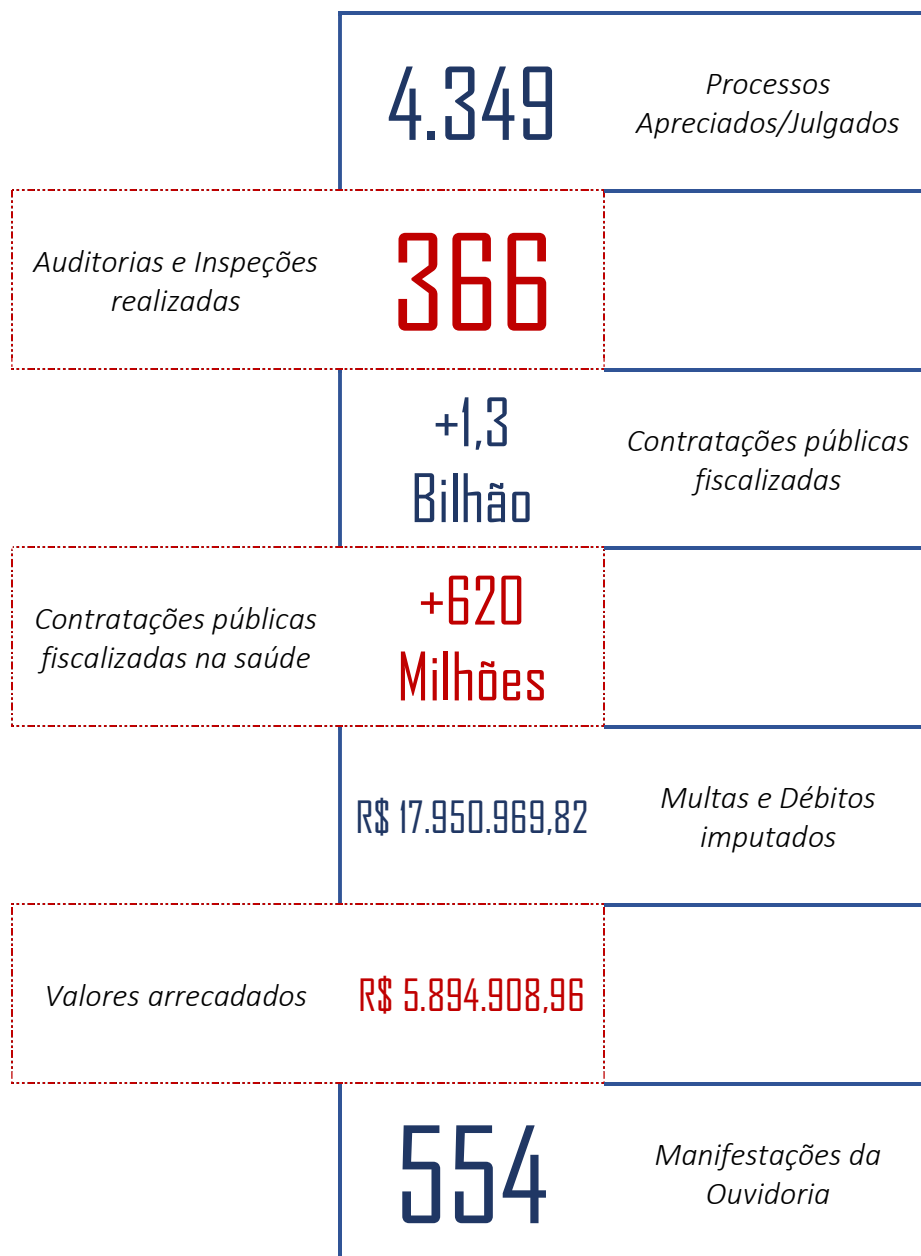
Conselheiro PAULO CURI NETO

Presidente do TCE-RO

SUMÁRIO

1 – O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA	5
2 – RESULTADOS DA GESTÃO DA ESTRATÉGIA ORGANIZACIONAL	5
2.1 PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA.....	6
3 – RESULTADOS DO CONTROLE EXTERNO.....	12
3.1 RECURSOS PÚBLICOS FISCALIZADOS	13
3.1.1 Auditorias e Inspeções.....	13
3.1.2 Problemas Enfrentados pelo TCE-RO nas Fiscalizações.....	14
3.1.3 Contratações Públicas Fiscalizadas.....	17
3.1.4 Processos e Decisões.....	18
3.1.5 Evolução Histórica do Estoque de Processos.....	18
3.1.6 Atos de Pessoal.....	19
3.1.7 Quantidade de Decisões Colegiadas.....	19
3.2 CONTAS PÚBLICAS MONITORADAS.....	21
3.3 AGENTES/ENTIDADES RESPONSABILIZADOS.....	22
3.3.1 Atuação Judicial (PGE/TCE-RO)	23
3.4 TRANSPARÊNCIA PARA O CONTROLE SOCIAL.....	23
3.4.1 Ouvidoria do TCE-RO.....	23
3.5 AGENTES PÚBLICOS CAPACITADOS.....	25
3.6 ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS.....	26
4 – GOVERNANÇA E GESTÃO.....	27
4.1 DESEMPENHO DOS GABINETES DE CONSELHEIROS.....	27
4.2 COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL.....	28
4.3 INVESTIMENTOS EM INOVAÇÃO	28
4.4 ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	31
4.4.1 Gestão de Pessoas.....	31
4.4.2 Recursos Orçamentários e Financeiros	32
4.4.3 Informações Contábeis	33

TCE EM NÚMEROS



1 – O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE-RO, instituído em 1983, como dispõe o Decreto-Lei nº 47, é Órgão integrante do Controle Externo, competindo-lhe as funções de auditoria financeira e orçamentária sobre as contas das unidades administrativas dos poderes estaduais e municipais.

A Constituição do Estado de Rondônia de 1989 estabelece que o controle externo a cargo da Assembleia Legislativa, ou seja, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas, que é Órgão independente, autônomo e de competências exclusivas, contando, ainda, com o sistema de controle interno dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário para a execução desse controle externo.

O TCE-RO tem jurisdição própria e privativa em todo o Estado de Rondônia, abrangendo, entre outros: toda pessoa física ou jurídica que utilize, arrecade, guarde, gerencie bens e valores públicos; aqueles que causarem perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao Erário; e responsáveis pela aplicação de recursos repassados pelo Estado e/ou Municípios mediante convênio ou instrumento congênere.

O universo regular de jurisdicionados do TCE-RO compreende poderes, órgãos, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundos jurisdicionados.



Fonte: Secretaria-Geral de Controle Externo.

2 – RESULTADOS DA GESTÃO DA ESTRATÉGIA ORGANIZACIONAL

O objetivo central deste capítulo é apresentar, pontualmente, os resultados do TCE em 2021 na execução do novo Planejamento Estratégico 2021-2028, abordando-se os projetos e iniciativas anuais que foram implementados no exercício para o alcance de metas de performance.

Aprovação do Novo Plano Estratégico

O Tribunal encerrou o plano estratégico 2016-2020 com muitas conquistas alcançadas. O equacionamento do estoque de processos, a busca pela transformação digital dos serviços e a construção da nova sistemática de gestão de resultados baseada em competências modernizaram a gestão organizacional.

Como em todo processo, encerra-se um ciclo e inicia-se outro. O novo planejamento estratégico foi aprovado por meio do Acórdão ACSA-TC 00005/21, em 31 de março/2021, para orientar ações institucionais no horizonte de 8 anos (2021-2028).

Nesta nova fase, o Tribunal reorienta a estratégia para apoiar o setor público a enfrentar os principais desafios atuais e futuros que afetam o bem-estar dos cidadãos rondonienses. Queremos fortalecer nosso papel de defesa da integridade na gestão de recursos públicos e disseminar a adoção de boas práticas para a resolução de problemas estruturais da administração pública com o potencial de aperfeiçoar as entregas de serviços aos cidadãos.



MISSÃO

Avaliar, por meio do controle externo, a gestão dos recursos públicos do Estado e dos Municípios de Rondônia, para assegurar que os direitos e interesses da Sociedade sejam atendidos com economicidade, eficiência, eficácia e efetividade.

EIXO 1

Avaliar as políticas públicas estratégicas para promover bem-estar e preparar a Sociedade para o futuro com foco na educação e na melhoria do ambiente de negócios da região.



VISÃO ESTRATÉGICA

Ser órgão indutor de boas práticas para estruturar o Estado e os Municípios de Rondônia a enfrentarem os principais desafios atuais e futuros.



VALORES

Justiça
Equidade
Integridade
Confiabilidade

EIXO 2

Avaliar a governança e gestão pública com viés de fortalecer os mecanismos de integridade e combate à corrupção.

O portfólio de fiscalizações e de ações institucionais previsto para o presente ciclo anual de planejamento, iniciado em 31.03.2021, foi aprovado na Portaria n. 10/2021 (Doe TCE-RO n. 2385).

2.1 PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

Nesse viés, está sendo perseguido o Objetivo Estratégico *Avaliação da Política de Alfabetização na Idade Certa*, cujas ações estão sendo adotadas por meio do Programa de Acompanhamento da Política de Alfabetização na Idade Certa.

O Programa tem como finalidade induzir o aprimoramento dos processos-chave de estruturação da política de alfabetização na idade certa com foco na melhoria dos resultados educacionais das redes. Isto é, a proposta é que os gestores, no exercício de sua função de planejar e implementar as políticas públicas, consigam a partir dos encontros técnicos implementar boas práticas de gestão orientadas a resultados.

O Plano de Ação para a Alfabetização na Idade Certa - PAIC está demonstrado a seguir:



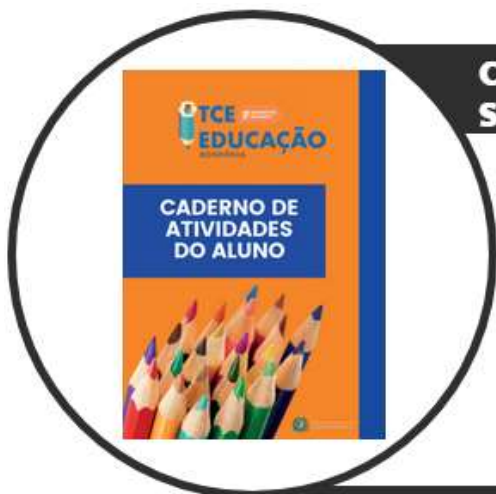
Está no escopo do programa melhorar os resultados educacionais por meio de um amplo programa de apoio técnico que abrange: 1) organização e análise de dados; 2) criação de painéis gerenciais; 3) avaliação diagnóstica; 4) definição de currículo e concepção de alfabetização na idade certa; 5) definição das diretrizes estratégicas de alfabetização e aprimoramento dos processos de: 6) capacitação inicial e formação continuada, 7) monitoramento e avaliação de resultados e de 8) elaboração do orçamento para a alfabetização na idade certa.

A seguir, são explanados os principais resultados obtidos em 2021 na persecução do Objetivo Estratégico Avaliação da Política de Alfabetização na Idade Certa.

Principais Resultados

- Todos os oito municípios que firmaram parceria constituíram a governança necessária para a implementação do Programa de Alfabetização do Tribunal;
- Um município elaborou e homologou a sua Política de Alfabetização;
- Redes que participam do programa elaboraram planos de ação a partir dos dados da Autoavaliação de Controle, contendo o detalhamento das ações que serão realizadas ao longo de 2022 para estruturar os eixos de formação, avaliação e monitoramento e gestão orientada por resultados;
- Fornecimento de insumos pedagógicos e incorporação de uma cultura de avaliações formativas e com significado pedagógico;
- Devolutivas ágeis e fornecimento de ferramentas para a tomada de decisão no âmbito pedagógico e da gestão.
 - Disponibilização de relatórios em formato Power BI com os resultados da Avaliação Diagnóstica e da Autoavaliação de Controle;
 - Relatórios técnicos com os principais resultados de cada projeto, indicando possíveis ações para a recomposição das aprendizagens e o aprimoramento da política de alfabetização das redes;
 - Elaboração e disponibilização de Cadernos de atividades direcionados aos estudantes que estão abaixo do nível adequado.
- Garantia da continuidade e expansão do Programa:
 - Em 2022, mais redes farão parte do Programa de Alfabetização na Idade Certa do TCE;
 - O Projeto da Avaliação Diagnóstica será mantido para as turmas do ciclo de alfabetização (1º ao 3º ano)
 - Será lançado o Projeto da Escola de Formação de Formadores em Alfabetização, cujo objetivo é qualificar os profissionais da educação das redes municipais para que se tornem multiplicadores em suas redes de origem.

Na esteira dos resultados obtidos, entre os produtos entregues pelo TCE-RO, estão os cadernos de apoio pedagógico do Programa Alfabetiza, os quais objetivam auxiliar os professores das redes com orientações e atividades direcionadas para promover o aprendizado dos estudantes, permitindo que avancem seus níveis de conhecimento.



Caderno de Atividades do Aluno Sala de Aula

Destinado ao contingente de estudantes identificado como "abaixo do básico" e "insuficiente" nas avaliações realizadas.

Estudante que não desenvolveu habilidades elementares de leitura:

- não sabe a direção da escrita;
- mistura letras, números e desenhos;
- não conhece letras/conhece poucas letras;
- não identifica o nome próprio/não sabe escrever o nome próprio;
- não relaciona escrita e fala;

Duração: 38 aulas - 1º semestre de 2022



Caderno de Atividades do Aluno Para Casa

- Material para os alunos
- Aluno realiza 01 página por dia, com atividades relacionadas ao que foi trabalhado na aula.
- Caráter de revisão.
- Ideia é que o estudante possa fazer sozinho, apenas com a orientação do professor.



Caderno de Orientações Didáticas Professor

- Sugestões de organização de cada aula.
- Mapa das habilidades da BNCC por atividade.

Além dos cadernos de atividades do aluno e de orientações didáticas para os professores, o Tribunal de Contas disponibilizou, também, materiais de apoio ao docente e à equipe gestora, tais como:

- i. Sistemática de acompanhamento
- ii. FLEO – Ficha de leitura, escrita e oralidade
- iii. Cartaz de acompanhamento mensal
- iv. Cartaz de acompanhamento de leitura - livros lidos
- v. Relatório de Observação de Aula do Professor
- vi. Ficha de Acompanhamento - Alfabetização na Idade Certa

Dentre esses materiais, destaque-se a sistemática de acompanhamento, que propõe uma base de registro e consolidação de informações que deve ser utilizada para fomentar ações que garantam a aprendizagem dos estudantes.

SISTEMÁTICA DE ACOMPANHAMENTO

O QUE É?	QUAL O SEU OBJETIVO?	COMO FUNCIONA?	QUEM DEVE FAZER USO DELA?
Documento que propõe um conjunto de orientações, instrumentos gerenciais e procedimentos para coleta e registro sistemático de informações quantitativas e qualitativas da política de alfabetização.	Possibilitar o gerenciamento de dados e informações da implementação do Programa de Alfabetização com a finalidade de auxiliar o planejamento das aulas e das formações continuadas da rede e aperfeiçoar práticas pedagógicas e gerenciais de forma permanente.	O processo de gestão do ensino-aprendizagem conta com instrumentos para o registro de informações da trajetória escolar, que depois de consolidados, geram informações mensais da aprendizagem por turma.	Para o ciclo funcionar, a participação de todos é imprescindível: professores, supervisores, coordenadores, técnicos e gestores da Secretaria da Educação.

Na sequência, são demonstrados os principais números alcançados com as ações do Tribunal de Contas no Estado de Rondônia nos projetos da Educação.



Principais Números

6 ENCONTROS FORMATIVOS 

direcionados aos secretários municipais de educação, técnicos das secretarias, gestores e supervisores escolares e professores que lecionam em turma do ciclo de alfabetização.

Em Porto Velho:

- 02 encontros remotos (junho e setembro/2021)
- 02 encontros presenciais (outubro e dezembro/ 2021)

No Polo Ariquemes:

- 01 encontro remoto (outubro de 2021)
- 01 encontro presencial (novembro/2021)



647 profissionais da educação participaram das formações em Porto Velho

Em Porto Velho:

- 23 técnicos das secretarias (Equipe gestora do programa, equipe de formação e técnicas do acompanhamento pedagógico)
- 123 gestores e supervisores escolares
- 501 professores alfabetizadores

No Bloco I:

- 20 técnicos das secretarias (Equipe gestora do programa e equipe de formação)
 - 78 gestores e supervisores escolares
 - 191 professores alfabetizadores
- Total de 289 educadores**



8 Redes no Programa de Alfabetização na Idade Certa do Tribunal de Contas

43 Redes no projeto da Avaliação Diagnóstica - Norteia

46 Redes no projeto da Autoavaliação da Política de Alfabetização

Fazem parte do **Programa de Alfabetização na Idade Certa:**

Alto Paraíso, Ariquemes, Cacaulândia, Cujubim, Itapuã do Oeste, Monte Negro, Porto Velho e Rio Crespo

Programa de Alfabetização na Idade Certa

111 escolas em Porto Velho

47 escolas no Bloco I

Avaliação Diagnóstica

1.168 escolas de 43 redes de ensino



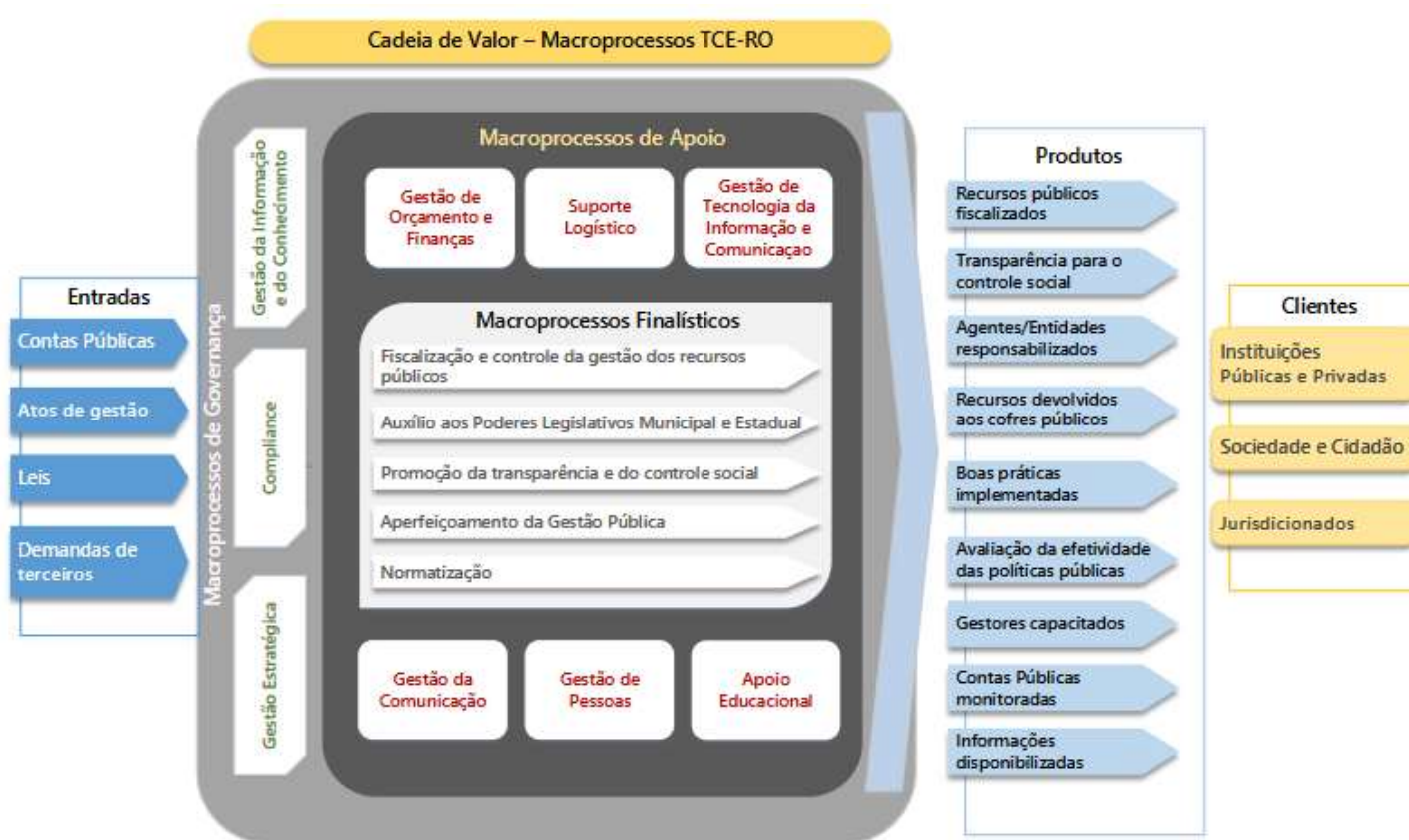
23.111

Total de estudantes diretamente impactados

3 – RESULTADOS DO CONTROLE EXTERNO

A diversidade e a abrangência de atuação do TCE-RO têm por fim assegurar eficiência, eficácia e economicidade na administração e aplicação dos recursos públicos; evitar desvios, perdas e desperdícios; garantir o cumprimento das normas técnicas, administrativas e legais; identificar erros, fraudes e seus agentes; preservar a integridade patrimonial e propiciar informações para a tomada de decisões.

Tendo esses objetivos em vista, o TCE-RO estruturou sua cadeia de valor, ferramenta de gestão que estabelece, visualmente, o conjunto de atividades da organização em uma relação que propõe entregar valor aos seus clientes, constituindo uma importante referência para as decisões e diretrizes gerenciais, uma vez que a dinâmica organizacional (entradas, macroprocessos distinguidos em suas classes, produtos e clientes) encontra-se devidamente reconhecida.



Cadeia de Valor do TCE-RO

A seguir, a partir dos produtos identificados na cadeia de valor, tem-se a exposição dos resultados obtidos por meio das ações de controle praticadas por este Tribunal.

3.1 RECURSOS PÚBLICOS FISCALIZADOS

O Tribunal de Contas, para desempenhar sua função de fiscalizar a gestão dos recursos públicos, utiliza-se de inúmeras técnicas e ferramentas de análise. Neste tópico estão destacadas as principais informações relacionadas às atividades de fiscalização (quantidade de trabalhos encerrados, áreas de fiscalização, recursos abrangidos) e, ainda, os detalhes (problema alvo da fiscalização, itens de análise e benefícios gerados à Sociedade) dos principais trabalhos desenvolvidos no período.

3.1.1 Auditorias e Inspeções

Em 2021, foram programadas 426 fiscalizações. Desse total, 366 (86%) foram concluídas, constituindo um total de valor acumulado de recursos fiscalizados na ordem de R\$ 532.147.374,97 (quinhentos e trinta e dois milhões, cento e quarenta e sete mil, trezentos e setenta e quatro reais e noventa e sete centavos).



As fiscalizações realizadas foram distribuídas por área temática conforme demonstrado no gráfico.

Valor de Recursos Fiscalizados - Por Área



Educação

R\$ 1.485.529,69



Saúde

R\$ 170.772.408,61



Infraestrutura

R\$ 13.020.081,74



Administração

R\$ 344.586.142,64

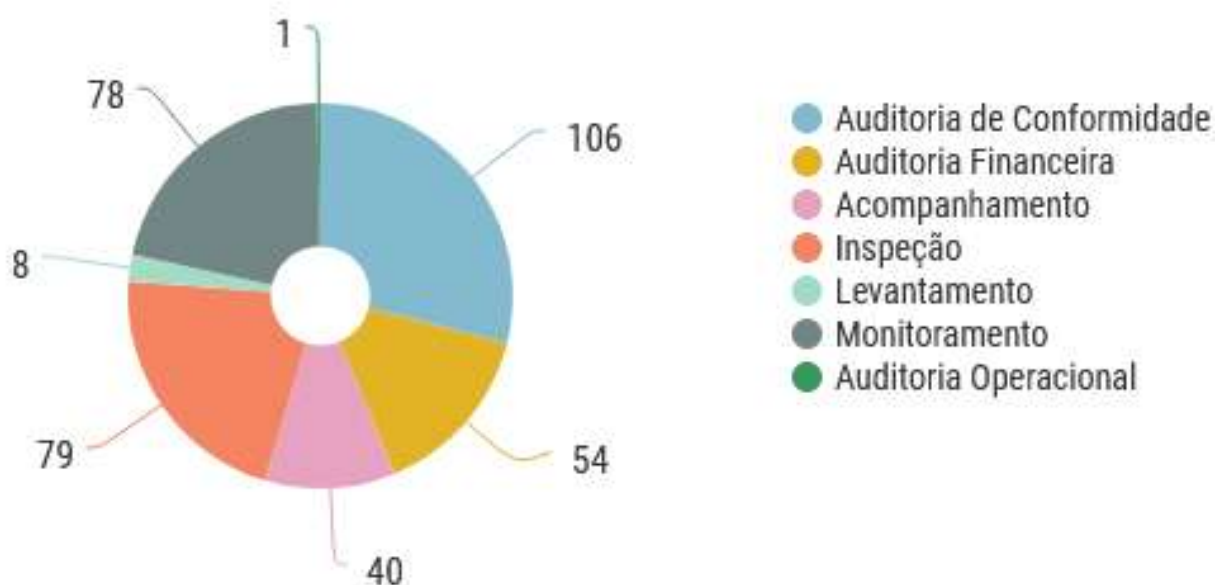


Previdência

R\$ 2.283.212,29

No período, a técnica mais utilizada para a realização de fiscalizações pelo Tribunal de Contas de Rondônia foi auditoria de conformidade.

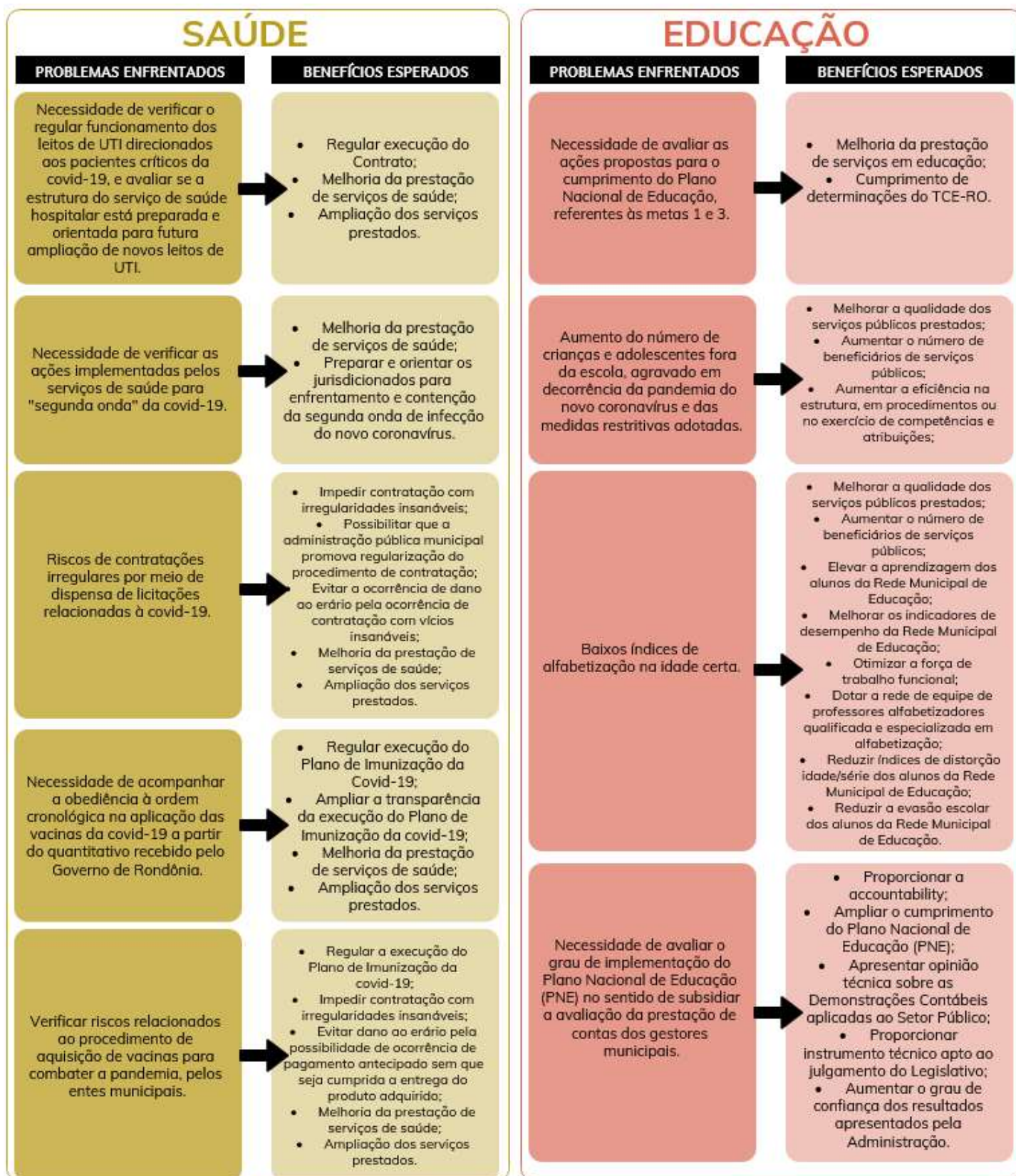
Fiscalizações Encerradas - Por Tipo



	ACOMPANHAMENTO
Verifica, ao longo de um determinado período, a legalidade ou o desempenho da gestão dos recursos públicos.	
	MONITORAMENTO
Verifica se as determinações e recomendações do TCE-RO são cumpridas	
	INSPEÇÃO
Verifica informações para subsidiar denúncias ou instruir fiscalizações não programadas.	

3.1.2 Problemas Enfrentados pelo TCE-RO nas fiscalizações

Os problemas enfrentados nas fiscalizações e os benefícios esperados com a intervenção do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, por meio da Secretaria-Geral de Controle Externo, estão elencados, resumidamente, na sequência.



SAÚDE

PROBLEMAS ENFRENTADOS

O baixo índice de vacinação no âmbito do estado de Rondônia.

BENEFÍCIOS ESPERADOS

- Apresentar diagnóstico ao ente estadual responsável pela operacionalização do plano de imunizações em âmbito estadual;
- Propor ações corretivas e auxiliar na definição de estratégia visando a evolução do ritmo de vacinação;
- Melhoria da prestação de serviços de saúde;
- Ampliação dos serviços prestados.

Identificar os municípios que apresentaram baixa eficácia dos índices de vacinação dentre os municípios do Estado de Rondônia.

- Propor ações corretivas e auxiliar na definição de estratégia visando a evolução do ritmo de vacinação;
- Melhoria da prestação de serviços de saúde;
- Ampliação dos serviços prestados.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PROBLEMAS ENFRENTADOS

Dificuldades no processo de licenciamento de obras no município de Porto Velho, decorrentes de processo de trabalho ineficiente, ambiente de ampla insegurança jurídica, resultando em demora na análise dos processos de licenciamento e má prestação de serviços aos usuários.

BENEFÍCIOS ESPERADOS

- Melhorar a qualidade dos serviços públicos prestados;
- Aumentar o número de beneficiários de serviços públicos;
- Melhor atendimento à população;
- Melhoria na qualidade dos projetos apresentados;
- Aprimoramento da política pública;
- Atualização do marco regulatório, com diminuição da burocracia e maior segurança jurídica.

ADMINISTRAÇÃO

PROBLEMAS ENFRENTADOS

Necessidade de avaliar a regular aplicação dos recursos públicos por parte dos Municípios.

Necessidade de avaliar a regularidade da gestão fiscal e orçamentária dos municípios e o resultado das políticas públicas.

Necessidade de avaliar a observância aos princípios da legalidade, eficiência, legitimidade, economicidade e da continuidade dos serviços na gestão pública municipal, decorrente de determinações e recomendações relacionadas ao dever de prestar contas dos gestores municipais.

BENEFÍCIOS ESPERADOS

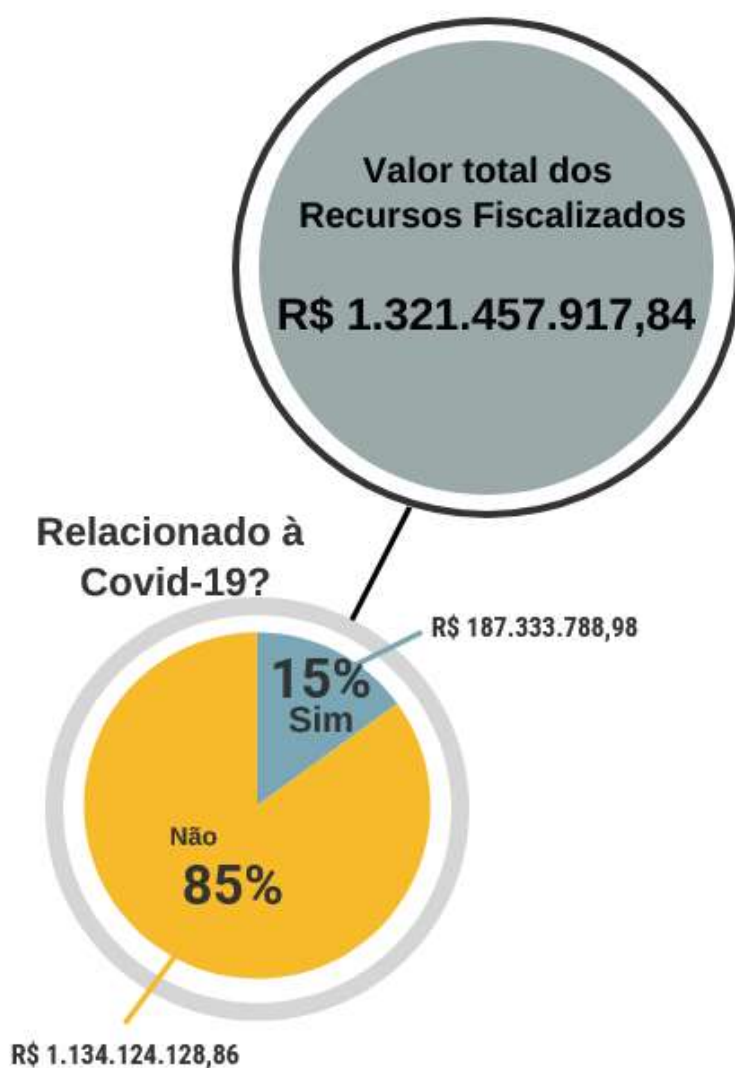
- Proporcionar a accountability;
- Apresentar opinião técnica sobre as Demonstrações Contábeis aplicadas ao Setor Público;
- Proporcionar instrumento técnico apto ao julgamento do Legislativo;
- Aumentar o grau de confiança dos resultados apresentados pela Administração.

3.1.3 Contratações Públicas Fiscalizadas

As contratações avaliadas pelo controle externo durante o exercício de 2021 representaram um volume de recursos fiscalizados de R\$ 1.321.457.917,84 (um bilhão, trezentos e vinte um milhões, quatrocentos e cinquenta e sete mil, novecentos e dezessete reais e oitenta e quatro centavos), em um total de 91 processos, sendo 14 relacionados à Covid-19.

Os quantitativos e valores dos recursos fiscalizados nessas contratações, por área, estão relacionados abaixo:

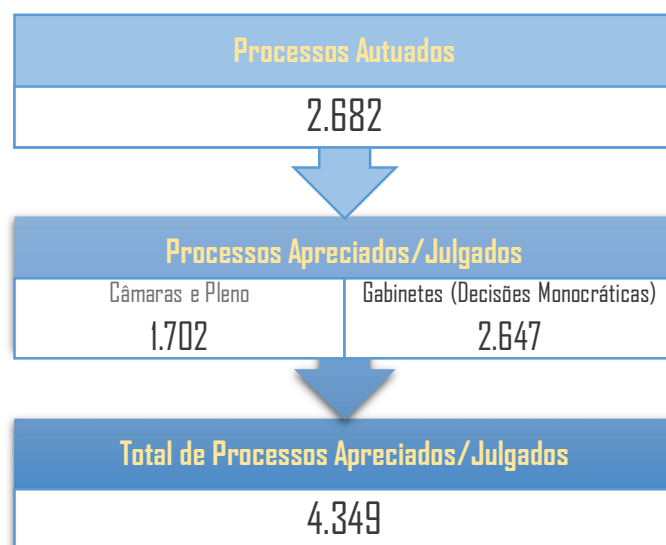
Saúde	21	R\$ 620.779.631,44
Administração	34	R\$ 431.343.612,22
Educação	6	R\$ 103.256.787,69
Segurança Pública	9	R\$ 56.929.195,47
Infraestrutura	8	R\$ 48.366.168,00
Obras e Serviço de Engenharia	6	R\$ 26.842.083,46
Publicidade	1	R\$ 24.819.375,00
Resíduos Sólidos	4	R\$ 6.732.566,76
Frotas	1	R\$ 1.174.095,93
Desenvolvimento Econômico	1	R\$ 999.000,00



3.1.4 Processos e Decisões

Os processos recebidos no Tribunal de Contas são autuados e distribuídos aos relatores, conforme sorteio ou especificidade do processo. Após tramitação e análise, os processos são apreciados/julgados, por decisão colegiada ou por meio de decisões monocráticas.

No período, foram autuados e distribuídos 2.682 novos processos e foram apreciados/julgados 4.349 processos, sendo 1.702 pelas Câmaras e Pleno e 2.647 monocraticamente pelos Relatores.



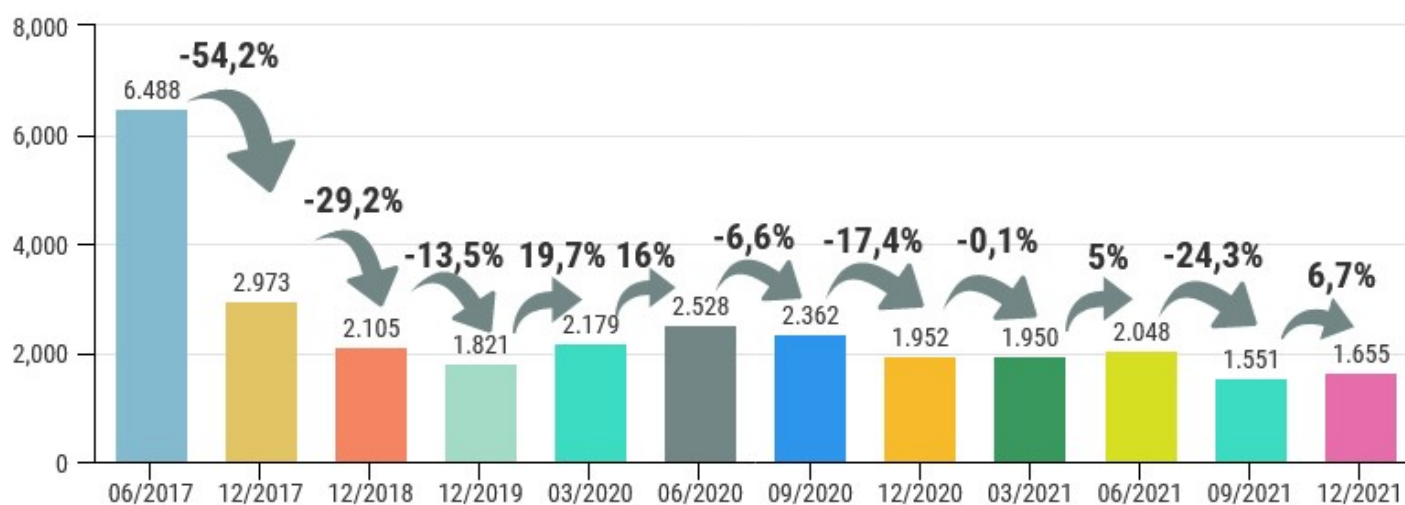
Fonte: Departamento de Gestão da Documentação (DGD/SGAP/TCE-RO), Secretaria de Processamento e Julgamento (SPJ/TCE-RO) e PCe.

3.1.5 Evolução Histórica do Estoque de Processos

De 2017 a 2019, o Tribunal de Contas, por força das estratégias adotadas, reduziu o estoque de processos. No primeiro semestre de 2020, entretanto, em razão da grande entrada de processos de atos de pessoal, houve um aumento de processos no Tribunal, sendo que a partir do segundo semestre o estoque voltou a ter redução processual. Em 2021, houve oscilação entre aumento e redução do estoque processual, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

Histórico do estoque processual

Período: 2017-2021



Fonte: PCeBI

3.1.6 Atos de Pessoal



Fonte: Secretaria de Processamento e Julgamento (SPJ/TCE-RO).

O TCE-RO aprecia a legalidade dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma, reserva remunerada e pensão, fiscalizando igualmente a legalidade das despesas efetuadas com o pagamento de pessoal, inclusive sua adequação às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em 2021 foram apreciados/julgados 1.084 processos de Atos de Pessoal. Os quantitativos encontram-se na matriz ao lado.

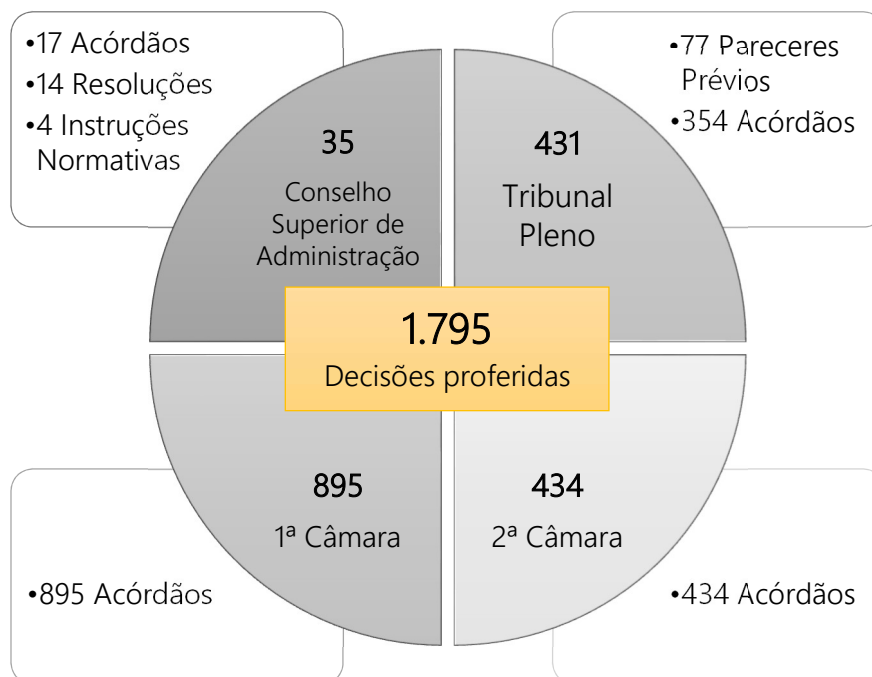
3.1.7 Quantidade de Decisões Colegiadas

Conforme capitulado no Regimento Interno do Tribunal, as deliberações do Plenário e, no que couber, das Câmaras, poderão ter a forma de Instrução Normativa, Resolução, Decisão Normativa, Parecer Prévio, Acórdão ou Decisão.

<p>Instruções Normativas</p> <p>são deliberações que tratam de disciplinamento de matéria que envolva pessoa física, Órgão ou entidade sujeita à jurisdição do Tribunal.</p>	<p>Resoluções</p> <p>tratam de atos como aprovação do Regimento Interno, definidor da estrutura, atribuições e funcionamento do Tribunal de Contas, de suas unidades técnicas e demais serviços auxiliares ou, ainda, outras matérias de natureza administrativa interna que, a critério do Tribunal, devam revestir-se dessa forma.</p>	<p>Pareceres Prévios</p> <p>são atos resultantes de apreciação de processos que versam sobre Consultas formuladas pelos Órgãos jurisdicionados e Contas Anuais do Governador do Estado e dos Prefeitos Municipais, na forma do artigo 173, IV, "a" e "b" do Regimento Interno.</p>
<p>Acórdãos</p> <p>são resultantes de julgamento do mérito de contas dos ordenadores de despesas dos Órgãos jurisdicionados ao Tribunal de Contas, as quais são julgadas regulares, regulares com ressalvas ou irregulares, bem como de recursos quando ocorre o provimento, imputação de débito, julgamento de denúncia e, ainda, a quitação de débito, na forma do artigo 173, V, do Regimento Interno.</p>	<p>Decisões Normativas</p> <p>são atos resultantes de apreciação de atos de admissão, reserva remunerada, pensão, aposentadoria, recursos que não foram conhecidos ou que foram negados provimento, pedidos de parcelamento, determinação de cobrança judicial e outros atos análogos, na forma do artigo 173, VI do Regimento Interno.</p>	

Diante do número de deliberações proferidas pelo Tribunal de Contas, segue o quantitativo ocorrido no período, por colegiado:

Quantitativo de deliberações proferidas por colegiado
Período: 2021



1.700
Acórdãos

Fonte: Secretaria de Processamento e Julgamento (SPJ/TCE-RO).

3.2 CONTAS PÚBLICAS MONITORADAS

O Tribunal de Contas monitora, aprecia e julga as contas públicas, com vistas a avaliar se os recursos foram aplicados corretamente.

No período, o TCE-RO apreciou e julgou de forma definitiva 116 processos de prestação de contas e tomada de contas, conforme verificado a seguir:

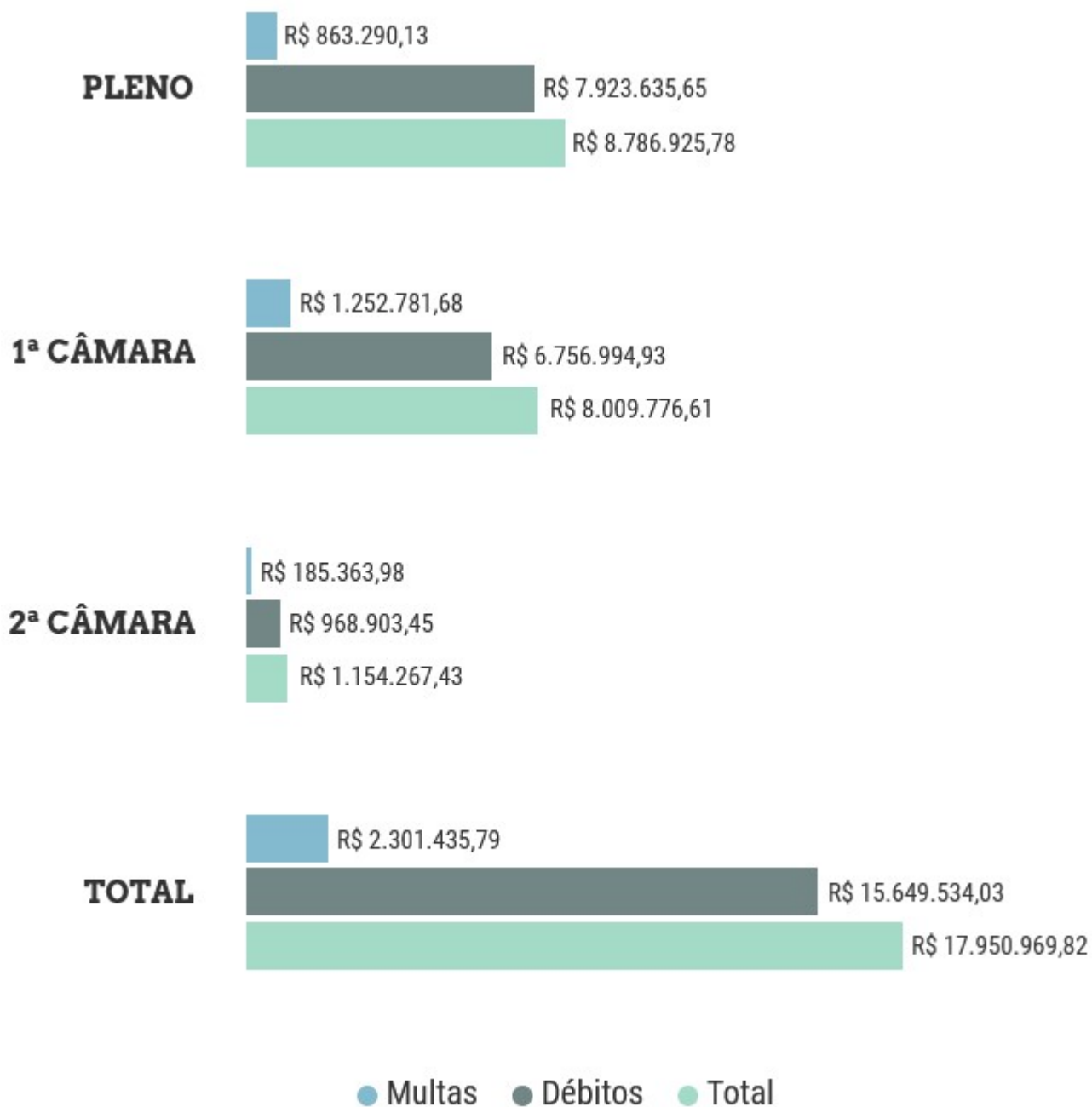
Julgamento Definitivo de Contas
Período: 2021



Fonte: Secretaria de Processamento e Julgamento (SPJ/TCE-RO).

3.3 AGENTES/ENTIDADES RESPONSABILIZADOS

As fiscalizações realizadas pelo Tribunal de Contas podem redundar em responsabilização de agentes públicos e privados que gerenciem recursos públicos de forma indevida. Isso significa dizer, na prática, que um dos efeitos da atuação do Tribunal de Contas é o ressarcimento ou recomposição do patrimônio público e a condenação ao pagamento de multa.



Fonte: Secretaria de Processamento e Julgamento

3.3.1 Atuação Judicial (PGE/TCE-RO)

A Procuradoria-Geral do Estado junto ao TCE-RO atua judicialmente para a cobrança da Dívida Ativa e de forma tática e estratégica na defesa dos interesses do TCE-RO e MPC/TCE-RO (valores exigidos judicialmente, quantitativo de manifestações judiciais; efetividade da constrição de bens). A atuação judicial realizada no exercício está evidenciada a seguir:



117 ações ajuizadas



302 Certidões de Dívida Ativa exigidas



Valor total exigido:
R\$ 165.877.252,17

Total de Constrição de Bens Patrimoniais

R\$ 46.443.048,14

Sentença Favorável:

R\$ 7.508.659,61

Indisponibilidade:

R\$ 32.364.698,12

Penhoras:

Líquida em salário:

R\$ 130.627,32

De bens

R\$ 6.362.481,86

No rosto dos autos

R\$ 76.581,23

3.4 TRANSPARÊNCIA PARA O CONTROLE SOCIAL

As informações/resultados obtidos pelo TCE-RO para fomento à transparência visando o controle social estão a seguir.

3.4.1 Ouvidoria do TCE-RO

O papel da ouvidoria, em sua essência, é fomentar o controle social. Nesse sentido, a Ouvidoria do TCE-RO tem como atribuição a integração entre a Administração Pública e o cidadão, recebendo, dentre outras manifestações, comunicados de irregularidades referentes à aplicação e gestão de recursos públicos.

Desde fevereiro de 2018, os sistemas destinados ao recebimento de demandas de ouvidoria e pedidos de informações formulados com base na lei 12.527/2011 encontram-se integrados em um mesmo sistema denominado **SICOUV**.

Canais de acesso à Ouvidoria do TCE-RO

Portal da Ouvidoria

no *site* do TCE-RO

www.tce.ro.gov.br

0800-645-8750

(whatsapp)

e-mail

ouvidoria@tce.ro.gov.br

telefones

**69.3609-
6260/6261/6262
/6263/6264**

via **correios** (carta) e **atendimento presencial** no Gabinete da Ouvidoria (suspensão em razão da pandemia do COVID-19)

No período em apreço foram registradas 612 manifestações no SICOUV, sendo **554** demandas de ouvidoria e **58** pedidos de informação fundamentados na Lei n. 12.527/11.

Ao final de 2021, das 554 demandas de ouvidoria, **99,46% (551) foram atendidas e 0,54% (3) fecharam o exercício em atendimento**, conforme exposto na Tabela a seguir, que também discrimina o total de manifestações recebidas no período, por natureza.

Manifestações recebidas, atendidas, encerradas e em atendimento
Período: 2021

Natureza	Quantidade Recebida	Percentual (%)	Atendidas	Encerradas	Em atendimento
Comunicado de Irregularidade	220	39,71%	551	-	3
Denúncia	6	1,08%			
Elogio	3	0,54%			
Pedido de Informações	237	42,78%			
Reclamação	72	13%			
Sugestão	2	0,36%			
Representação	13	2,35%			
Outros*	1	0,18%			
TOTAL	554	100%	551	-	3

Fonte: Ouvidoria de Contas.

*Manifestações cuja matéria não for de competência do TCE-RO.

Extrai-se dos dados constantes da tabela acima que os Pedidos de Informação, definidos como demandas por meio das quais os manifestantes buscam esclarecimentos quanto a assuntos correlatos à missão do Tribunal de Contas ou pertinentes aos jurisdicionados em sua relação com esta Corte, constituíram o grupo mais frequente no exercício em destaque, com 42,78% do total das demandas. Em segundo lugar, ficaram os Comunicados de Irregularidade, que configuram manifestações mediante as quais se apontam descumprimento de normas, preceitos legais e princípios éticos, com 39,71% das demandas recebidas no período em análise.

Os pedidos de informações, que podem ser realizados pelo Sistema de Acesso à Informação (*site* TCE-RO), e-mail (i.sic@tce.ro.gov.br) e Protocolo, com fundamento na Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527/2012), recebidos em 2021 por meio do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, seguem quantificados:

Solicitações recebidas via SIC, atendidas, indeferidas e em atendimento.
Período: 2021

Resposta por Seguimento		Recebidas	Atendidas	Indeferidas	Forma de Recebimento		Em atendimento
					Protocolo	SICOUV-SIC	
GOUV	62,07%	58	55	3	-	58	-
OUTROS	37,93%				-	-	

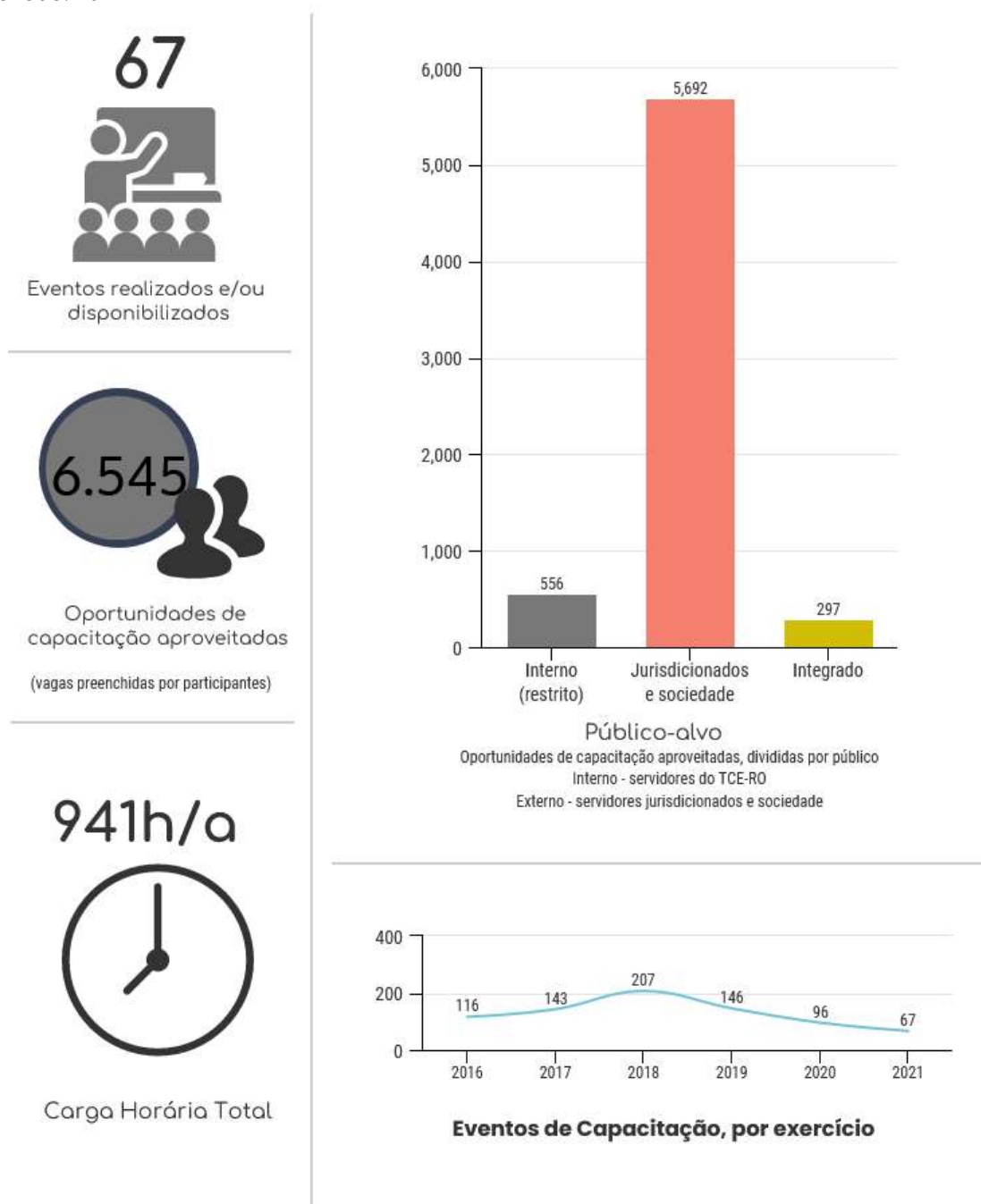
Fonte: Ouvidoria de Contas

3.5 AGENTES PÚBLICOS CAPACITADOS

O Tribunal de Contas persiste na direção de atingir um desempenho cada vez melhor no que tange às ações voltadas para a capacitação do capital humano, com destaque no constante desenvolvimento profissional.

Nesse sentido, adaptando-se aos efeitos produzidos pela pandemia, a Escola Superior de Contas do TCE-RO deu continuidade às suas atividades, realizando 67 eventos de capacitação, conforme dados apresentados na sequência.

Capacitação dos públicos interno, externo/jurisdicionados e sociedade
Período: 2021



Fonte: Escola Superior de Contas

3.6 ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

O Ministério Público de Contas é instituição essencial ao exercício do controle externo, atuando como Órgão da lei e fiscal de sua execução, com funções opinativas e de defesa da ordem jurídica, visando à observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência aos quais se submete a Administração Pública.

A instituição funciona no mesmo prédio do Tribunal de Contas, mas tem independência funcional e regras próprias estabelecidas em Lei e Regimento Interno. O Ministério Público de Contas tem assento nas sessões do Tribunal de Contas e se manifesta, por escrito ou verbalmente, em todos os assuntos sujeitos à decisão do TCE-RO.

Pareceres, Cotas e Despachos emitidos
Período: 2021

Deliberações	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Total
Pareceres escritos	258	288	356	377	1.279
Pareceres verbais	16	8	7	57	88
Cotas	13	26	30	25	94
Despachos de tramitação	38	36	40	16	130
Despachos de impulsionamento	3	1	-	-	4
TOTAL	328	359	433	475	1.595

Fonte: Procuradoria-Geral do Ministério Público de Contas (MP/TCE-RO).

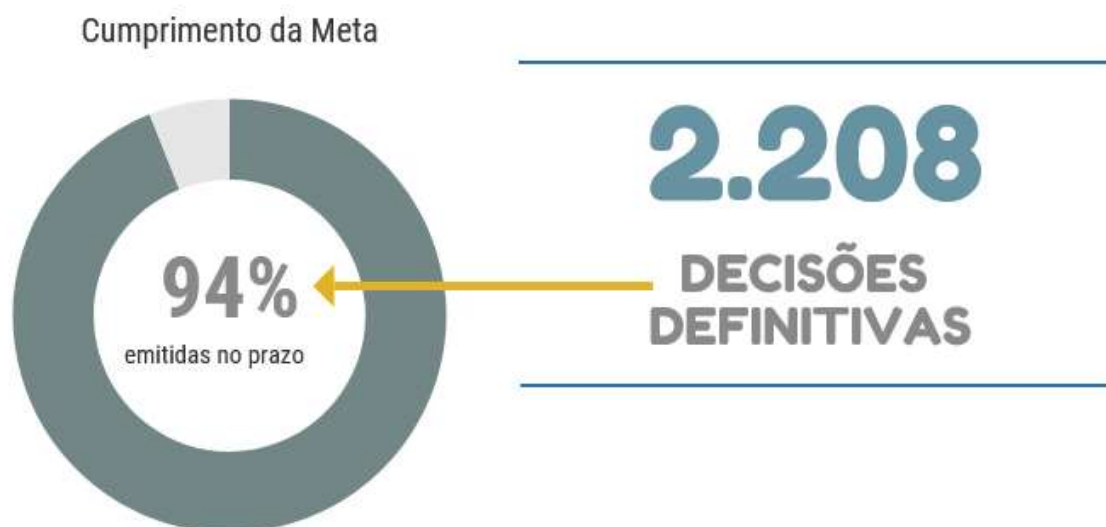
Para maiores informações sobre as atividades executadas pelo MPC no período, deve ser realizado o acesso ao relatório de atividades do Ministério Público de Contas, disponível no portal do MPC-RO.

4 – GOVERNANÇA E GESTÃO

As diretrizes traçadas para o exercício de 2021 têm direcionado os atos de gestão do TCE-RO, possibilitando dar continuidade aos avanços obtidos ao longo dos últimos anos e, desta forma, realizar as atividades administrativas de forma a apoiar a consecução da estratégia organizacional.

4.1 DESEMPENHO DOS GABINETES DE CONSELHEIROS

Desempenho dos Gabinetes de Conselheiros
Período: 2021



4.2 COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL

O Tribunal de Contas promove a divulgação institucional de suas atividades utilizando-se de diversos meios de comunicação (nesse período, especialmente online, em razão da pandemia), elencados na sequência, visando facilitar o acesso a todos os cidadãos.

- ▣ Portal do TCE-RO - <http://www.tce.ro.gov.br>;
- ▣ Portal de Acesso à Informação;
- ▣ Relatórios institucionais trimestrais e anuais das atividades do TCE-RO;
- ▣ Diário Oficial Eletrônico;
- ▣ Redes Sociais (Facebook, Twitter e Instagram) e plataforma YouTube; e
- ▣ Releases enviados aos jornais eletrônicos da capital e interior.

Na área de comunicação social, destaca-se ainda a divulgação de eventos de relevância organizacional interna e externa por suas temáticas, a exemplo do lançamento dos programas Alfabetiza Porto Velho e Programa de Formação em Alfabetização, voltados à melhoria dos resultados da alfabetização na idade certa na Capital rondoniense e em municípios do interior do Estado; ações, resultados e notas técnicas do GAEPE-RO; lançamento do Portal LGPD; lançamento em Rondônia do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC); entre outros.

Foram mantidas a cobertura e suporte às sessões do Pleno e das Câmaras, bem como de eventos – primordialmente os realizados de forma eletrônica pelo Tribunal –, os quais serviram para alimentar o portal e a intranet do TCE, e também as redes sociais (Facebook, Twitter e Instagram), a plataforma YouTube e o canal de WhatsApp, além de serem informados às mídias impressa e eletrônica.

4.3 INVESTIMENTOS EM INOVAÇÃO

Diante do contexto de restrições em que se encontra a sociedade mundial, decorrente da atual situação pandêmica, as organizações têm adotado medidas que visam combater o contágio e contribuir com a segurança de seus colaboradores. Assim, no intuito de atenuar o impacto da pandemia, uma das principais estratégias adotadas por algumas organizações foi a adoção do teletrabalho, com vistas à redução do contágio entre os servidores.

Desse modo, o TCE-RO, como a maioria das instituições públicas, adotou medidas para garantir que os recursos tecnológicos estejam disponíveis para todos os seus membros, servidores e colaboradores, procurando agir de forma a mitigar os riscos relacionados à falta de infraestrutura tecnológica para subsidiar as atividades desenvolvidas pela Corte de Contas.

Desta forma, a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Setic) continua empenhada em desenvolver projetos que permitam garantir uma estrutura tecnológica ativa e adequada às necessidades institucionais do TCE-RO, tentando superar os obstáculos que hoje vão além, considerando o contexto social ainda em vivência.

Destarte, durante o exercício de 2021, ações foram realizadas em prol da ampliação de sistemas, renovação e gestão do parque tecnológico do TCE-RO, visando o apoio a todas as atividades desenvolvidas através de recursos tecnológicos.

Na tabela a seguir, destacam-se alguns dos projetos que possuem maior relevância e impacto institucional nas programáticas de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Gestão dos recursos de TIC e desenvolvimento de software (01.126.1264.2973) e Gestão dos ativos de TIC (01.126.1264.1221)				
Projeto	Descrição	Status	Total empenhado	Total Executado
Ateliê de Software	Visa à prestação de serviços terceirizados para o desenvolvimento de softwares e serviços correlatos.	Em execução	R\$ 2.030.000,00	R\$ 1.743.548,35
Links de Comunicação e Serviços de Telefonia	Objetiva a continuidade do serviço de internet, que é essencial para o funcionamento da infraestrutura tecnológica desta Corte de Contas.	Em execução	R\$ 65.518,80	R\$ 60.030,56
Serviços de Acesso a Dados da Receita Federal Via Sistemas do SERPRO (HOD e Infoconv)	Objetiva permitir o acesso a dados de Servidores Municipais, Credores Municipais, Credores do Estado e Servidores do Estado para posterior cruzamento com dados contidos em sistemas como: SIGAP, Portal Cidadão e demais ferramentas disponibilizadas pelo TCE-RO.	Em execução	R\$ 17.616,57	R\$ 12.800,01
Software Siedos	Objetiva a automação de processos e a centralização de controles para a área de gestão de pessoas.	Em execução	R\$1.569.493,68	R\$1.569.493,68
Renovação de Licenças do Visual Studio	Objetiva a continuidade e aprimoramento do processo de construção e manutenção de sistemas e a obtenção de vantagens relacionadas à criação, implantação e gerenciamento de grandes aplicativos.	Em execução	R\$ 270.900,00	R\$ 270.900,00
Renovação de Licenças do Software <i>Vmware</i>	Objetiva obter vantagens relacionadas à atividade de gerência e administração das redes de comunicação desta Corte de Contas.	Em execução	R\$ 29.848,91	R\$ 29.848,91
Renovação de Licenças do Software <i>Quest Change Auditor</i>	Objetiva a continuidade do serviço de gerenciamento da estrutura do <i>AD (Active Directory)</i> , para melhor administração de repositório de usuários e práticas de segurança.	Em execução	R\$ 29.897,00	R\$ 29.897,00
Renovação de licenças Microsoft Windows Server	Objetiva permitir que o TCE-RO obtenha, dentre outros, suporte, acesso às novas versões do software em questão, ajudando no planejamento, implantação, uso, e transição para outras versões do sistema operacional.	Objeto Contratado	R\$742.765,20	R\$742.765,20
Renovação das licenças do software neteye	Objetiva obter vantagens relacionadas à atividade de gerência e administração das redes de comunicação desta Corte de Contas e dar continuidade às atividades de gestão e controle sobre o inventário do parque computacional.	Objeto Contratado	R\$62.696,00	R\$62.696,00
Serviço de extração de dados de CPF e CNPJ - Serpro	Objetiva permitir o acesso a dados de Pessoas Físicas e Jurídicas que eventualmente não façam parte da base de servidores Municipais, Credores Municipais, Credores do Estado e Servidores do Estado.	Objeto Contratado	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00
<i>Plugin Atlassian - BigPicture</i>	Objetiva apoiar as atividades referentes ao planejamento estratégico, gerenciamento de recursos e riscos e supervisão de execução de projetos desenvolvidos pela Secretaria de Planejamento - SEPLAN.	Em execução	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00
Aquisição de Notebooks	Objetiva atender à demanda gerada pelas unidades deste Tribunal, de forma que respectivos bens sejam utilizados para a execução eficiente das atividades desta Corte de Contas, o que reflete no cumprimento de sua missão institucional junto aos jurisdicionados e à sociedade.	Objeto Contratado	R\$411.000,00	R\$411.000,00

Aquisição de No-breaks	Objetiva atender à demanda gerada pelas unidades deste Tribunal, de forma que respectivos bens sejam utilizados para a execução eficiente das atividades desta Corte de Contas, o que reflete no cumprimento de sua missão institucional junto aos jurisdicionados e à sociedade.	Objeto Contratado	R\$141.000,00	R\$141.000,00
Aquisição de Discos SSDs	Objetiva ampliar e manter a infraestrutura tecnológica do TCE-RO em funcionamento.	Objeto Contratado	R\$ 96.900,00	R\$ 96.900,00
Monitores	Objetiva aprimorar e expandir o parque computacional do TCE-RO, garantindo que os respectivos bens sejam utilizados para atender o exercício direto das atividades desta Corte de Contas, proporcionando maior agilidade à prestação dos serviços demandados pelas unidades do TCE-RO.	Em execução	R\$ 316.000,00	R\$ 316.000,00

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC/TCE-RO.

Durante o exercício de 2021, primando pelo suporte ao cenário de teletrabalho e buscando alcançar maior eficiência na execução de projetos, foram direcionados esforços para a melhoria da qualidade de suas entregas, visando subsidiar as ações desenvolvidas no âmbito desta Corte de Contas e contribuir com a implantação de novos projetos e iniciativas demandadas pelas unidades do TCE-RO, com vistas a viabilizar o desenvolvimento do Estado de Rondônia por intermédio de ferramentas de TIC.

Durante o período ocorreram investimentos na área de infraestrutura e desenvolvimento de software, proporcionando um cenário favorável à evolução tecnológica e à manutenção do bom desempenho dos negócios, além da geração de benefícios relacionados à disponibilização de serviços e troca de informações em todo ambiente do TCE-RO.

Aproximadamente R\$7.000.000,00 (sete milhões de reais) foram executados através de processos licitatórios de objetos da área tecnológica, os quais contemplaram projetos relacionados à aquisição de softwares, hardware e serviços, para o atendimento de todas as unidades do TCE-RO.

Tais investimentos, aliados com a dedicação das equipes envolvidas nos projetos, proporcionaram o alcance de bons resultados, sendo que, mesmo com grande parte dos servidores atuando em teletrabalho, a produtividade foi mantida e muitos serviços ampliados, os quais impactaram de maneira significativa na manutenção dos resultados alcançados por esta Corte de Contas.

4.4 ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

A gestão das atividades administrativas é constituída por Gestão de Pessoas, Gestão Contábil e Financeira, de Serviços Gerais (manutenção e transportes), Patrimonial e Compras, de Licitações e Contratos e de Documentação, Protocolo e Arquivista, e tem por escopo contribuir com as atividades do Controle Externo no apoio ao exercício de suas competências constitucionais e legais, bem como atender as perspectivas do Planejamento Estratégico do TCE-RO.

4.4.1 Gestão de Pessoas

A Tabela a seguir mostra o quantitativo referente à força de trabalho do TCE-RO no período considerado, incluindo estagiários e bolsistas.

Demonstrativo da força de trabalho e movimentação de pessoal do TCE-RO

Período: 2021

Regime	Existentes até 31/12/2021
Efetivo	261
Comissionado	133
À disposição do TCE-RO – Estadual e Municipal	54
Subtotal	448
Estagiários de nível superior – Pós-Graduação	5
Estagiários de nível superior - Graduação	81
Estagiários de nível médio	-
Subtotal	86
Bolsistas	4
Total da Força de Trabalho	538
Servidores cedidos a outros Órgãos	2
Movimentação de Pessoal	
Admissões	39
Efetivo	17
Comissionado	18
Cedidos com ônus para o TCE-RO	3
Cedidos sem ônus para o TCE-RO	1
Exonerações	15
Efetivo	1
Comissionado	14
Aposentadorias	3
Cessaçã o de cedências/Devolve servidor ao órgão de origem	2

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas - SEGESP/SGA/TCE-RO.

4.4.2 Recursos Orçamentários e Financeiros

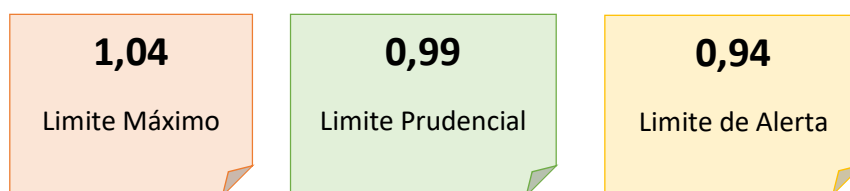
As movimentações dos recursos orçamentários e financeiros do TCE-RO estão discriminadas a seguir.

Dotação orçamentária e distribuição dos dispêndios, por categoria econômica
Período: 2021

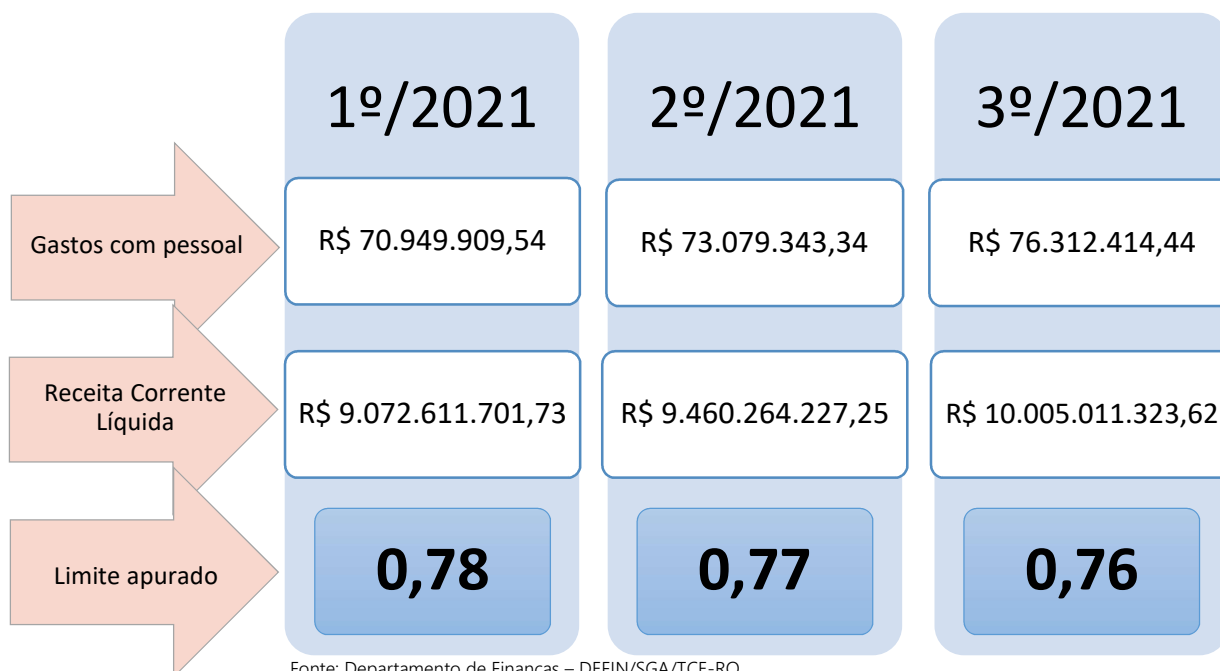
Descrição	Orçamento Atualizado	Empenhado	Liquidado
Pessoal e Encargos Sociais	107.199.722,00	103.316.012,83	103.189.491,43
Outras Despesas Correntes	45.434.592,00	30.194.480,40	26.984.798,92
Despesas de Capital	15.636.000,00	14.526.520,97	12.745.096,88
Total	168.270.314,00	148.037.014,20	142.919.387,23

Fonte: Seplan e Definição/SGA

O acompanhamento das despesas com pessoal ao longo dos 3 últimos quadrimestres indica que o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia cumpre os limites estabelecidos pela Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).



Gastos com pessoal para efeito da Lei de Responsabilidade Fiscal
Nos últimos 3 Quadrimestres



Fonte: Departamento de Finanças – DEFIN/SGA/TCE-RO.

4.4.3 Informações Contábeis

Os Demonstrativos Contábeis 2021 enfrentaram algumas melhorias, sobretudo pelo compromisso de aperfeiçoamento contínuo dos procedimentos contábeis nas condições dispostas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e demais normativos.

No decorrer do exercício, foi observado que havia oportunidade de melhoria dos registros, especialmente pela verificação no FDI de valores registrados no exercício pretérito que englobavam provavelmente débitos decorrente de danos ao erário, os quais são direitos dos entes federativos – Estado e Município - e não do TCE, não devendo ser registrado nas demonstrações deste Órgão.

A esse respeito, por meio da Portaria n. 244, de 14 de julho de 2021 (ID 0314978), foi criado Grupo de Trabalho que teve como finalidade verificar pormenorizadamente se, em razão de fatos supervenientes ao processo de escrituração em 2020, o saldo do Ativo Circulante (Demais Créditos de Curto Prazo) de R\$ 20.276.611,05 (vinte milhões, duzentos e setenta e seis mil, seiscentos e onze reais e cinco centavos) evidenciado no Balanço Patrimonial do Fundo de Desenvolvimento Institucional remanesce recebível ou poderia ser objeto de baixa, ainda que parcial.

Ato contínuo, a política contábil adotada pela Corte foi devidamente revisada no exercício de 2021 para que este montante reflita apenas os valores provenientes de multas, que são as receitas vinculadas ao FDI, conforme dispõe o art. 3º, III, da Lei Complementar nº 194/1996.

Assim, a Divisão de Contabilidade adotou mudanças na política contábil, decorrentes do aperfeiçoamento dos controles relativos aos créditos de multas aplicadas aos jurisdicionados (item 5.1.2) e apuração de valores de Dívida Ativa Não Tributária pela Procuradoria-Geral do Estado -PGE/PGETC (item 5.2.1).

Por derradeiro, menciona-se que tais mudanças e seus reflexos no patrimônio líquido da entidade estão em conformidade com as premissas dispostas na norma brasileira de contabilidade n.º TSP 23, de 21 de novembro de 2019, que trata sobre as (Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e serão demonstradas nos tópicos a seguir, visando resultar em informação confiável e mais relevante nas demonstrações contábeis sobre os efeitos das transações, outros eventos e condições acerca da situação patrimonial, do desempenho e dos fluxos de caixa deste TCE.

Dessa forma, destacam-se os principais lançamentos contábeis advindos da alteração da política relatada no Fundo de Desenvolvimento Institucional - FDI:

- 1) Registrou-se na conta DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO o montante de R\$ 12.825,36 (doze mil, oitocentos e vinte e cinco reais e trinta e seis centavos). Além disso, o valor total de R\$ 2.742.108,90 (dois milhões, setecentos e quarenta e dois mil, cento e oito reais e noventa centavos) como Ativo Contingente, em virtude da ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos que não garantem que essas imputações serão transitadas em julgado, ou seja, não havendo a contabilização desse valor, sendo evidenciado em nota explicativa, conforme determinam as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP. Por consequência, foi feito o desconhecimento contábil do montante de R\$ 20.276.611,05 (vinte

milhões, duzentos e setenta e seis mil, seiscentos e onze reais e cinco centavos) conforme determinam as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP (NBC TSP 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro).

- 2) Registrou-se na conta de DEMAIS CRÉDITOS E VALORES DE LONGO PRAZO, conforme registrado no SEI n. 001991/2021, por meio do Memorando n. 99/2021/PGE/PGETC, o estoque ativo da Dívida Ativa do TCE (MULTAS) de R\$ 80.574.370,95 (oitenta milhões, quinhentos e setenta e quatro mil, trezentos e setenta reais e noventa e cinco centavos), perdas de R\$ 7.075.254,29 (sete milhões, setenta e cinco mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e vinte e nove centavos) apurados no período de 2005 a 2021, em conformidade com os parâmetros trazidos pela RESOLUÇÃO N. 20/2018/SEFIN-ASTEC e saldo líquido de R\$ 73.499.116,66 (setenta e três milhões, quatrocentos e noventa e nove mil, cento e dezesseis reais e sessenta e seis centavos). Logo, foram baixados os valores de R\$ 2.518.159.401,89 (dois bilhões, quinhentos e dezoito milhões, cento e cinquenta e nove mil, quatrocentos e um reais e oitenta e nove centavos - Dívida Ativa Não Tributária - Longo Prazo), R\$ 2.779.454,77 (dois milhões, setecentos e setenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e setenta e sete centavos - Dívida Ativa Não Tributária Parcelamento - Longo Prazo) e R\$ 1.361.394.664,43 (um bilhão, trezentos e sessenta e um milhões, trezentos e noventa e quatro mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e quarenta e três centavos - ajustes para perdas da Dívida Ativa Não Tributária - Longo Prazo), sendo esta última uma conta redutora do Ativo e que portanto possui saldo inverso.

Outrossim, destacam-se os lançamentos nas demonstrações contábeis do Tribunal de Contas do Estado – TCE/RO:

- 1) Em atendimento à NBC TSP 03 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) no ano de 2021 foi adotado o reconhecimento inicial do montante de R\$ 30.336.012,69 (trinta milhões, trezentos e trinta e seis mil e doze reais e sessenta e nove centavos) com Provisões e Passivos Contingentes, decorrentes de riscos trabalhistas em demandas judiciais ingressadas por servidores e membros contra esta Corte de Contas nas condições informadas pela Procuradoria-Geral do Estado junto ao Tribunal de Contas;
- 2) Da mesma forma, foi efetuado o reconhecimento inicial do montante de R\$ 212.806.486,41 (duzentos e doze milhões e oitocentos e seis mil e quatrocentos e oitenta e seis reais e quarenta e um centavos) referente à Provisão com Obrigação Financeira do TCE-RO com o Instituto de Previdência (item 5.4.2) conforme preceitua a NBC TSP 15 (Benefícios a Empregados) nas condições do Relatório de Avaliação Atuarial 2021 – Fundo Previdenciário Único.

Além disso, cabe mencionar que a Administração está se mobilizando para solucionar, no exercício de 2022, os achados de auditoria que tratam a respeito da superavaliação do Ativo Imobilizado e Intangível. Nesse sentido, será implementada a formação de grupo de trabalho com a finalidade de realizar os trabalhos inerentes aos procedimentos de reavaliação, redução ao valor recuperável de ativos, depreciação, amortização e exaustão dos bens do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia em cumprimento aos requisitos estabelecidos na Resolução n. 153/2014/TCE-RO no prazo de 180 (cento e oitenta dias), podendo ser prorrogado, para atendimento dos achados A1 e A2 identificados na tabela 01.

Por fim, destaca-se que o valor total transferido até o final de 2021 ao Fundo Capitalizado do IPERON visando equacionar o déficit atuarial relativo à esta Corte de Contas, desde o exercício pretérito, é de R\$ 125.994.698,48 (cento e vinte e cinco milhões, novecentos e noventa e quatro mil, seiscentos e noventa e oito reais), sendo constituído pelas seguintes transferências: R\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais) conforme comprovante bancário ID 0370975; R\$ 7.510.650,32 (sete milhões, quinhentos e dez mil, seiscentos e cinquenta reais e trinta e dois centavos) conforme comprovante bancário ID 0370975; e R\$ 43.484.048,00 (quarenta e três milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil e quarenta e oito reais) conforme comprovante bancário ID 0370998.